



# monitor político

30 de março de 2021

Macro Research - [economia@btgpactual.com](mailto:economia@btgpactual.com)

**Álvaro Frasson** - [@alvarosfrasson](https://twitter.com/alvarosfrasson)

Leonardo Paiva

Luiza Papparounis



<b>1. Destaques da Semana .....</b>	<b>3</b>
<b>2. Reforma Tributária .....</b>	<b>5</b>
<b>3. Reforma Administrativa.....</b>	<b>7</b>
<b>4. Orçamento 2021 .....</b>	<b>9</b>
<b>5. PL da Cabotagem (PL 4199/20) .....</b>	<b>11</b>
<b>6. Nova Lei da Licitação .....</b>	<b>12</b>
<b>7. Reforma Ministerial .....</b>	<b>13</b>

## Destaques da Semana

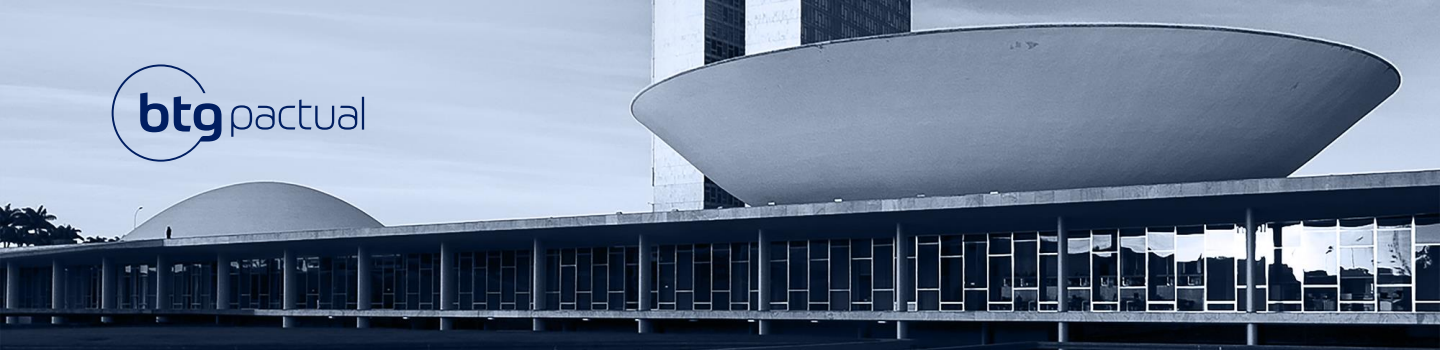
**Agenda do Legislativo e Executivo terá como assunto principal a Reforma Ministerial, além das discussões de medidas para amenizar o impacto da crise sanitária na atividade econômica.**

Além desses temas, a agenda desta semana inclui a discussão, votação e sanção:

- (i) Orçamento da União para 2021;
- (ii) PL da Cabotagem, a BR do mar (PL 4199/20); e
- (iii) Nova Lei da Licitação (PL 4.253/20)

O projeto que trata da **modernização do ambiente de negócios no país**, pauta que promete melhorar consideravelmente a posição do Brasil no ranking *Doing Business*, foi sancionada pelo presidente nesta segunda-feira.

O Orçamento da União para 2021, aprovado na semana passada pelo Congresso Nacional, deve ser enviado esta semana ao presidente Jair Bolsonaro. Ele terá, a partir do recebimento, 15 dias úteis para sancionar, o que deve acontecer na segunda quinzena de abril. **Governo estuda medidas para manter o orçamento dentro do teto de gastos.**



## Destaques da Semana

Além disso, a medida conhecida como “BR do Mar”, aprovada na Câmara dos Deputados no final do ano passado, que prevê a redução do custo do frete por cabotagem em 15% através da **facilitação da entrada de agentes estrangeiros** no mercado brasileiro, estará novamente na agenda do congresso.

O presidente Jair Bolsonaro comandou, nesta segunda-feira, a primeira reunião do Comitê de Coordenação Nacional para Enfrentamento da Pandemia da Covid-19. **A cúpula foi implantada para reduzir a temperatura entre o congresso e o governo**, com o primeiro pressionando por medidas mais assertivas no combate da pandemia.

Indo ao encontro dessas ideias, o presidente Jair Bolsonaro promoveu nesta segunda-feira ampla reforma ministerial, **com a mudança de seis postos na alta cúpula do poder executivo**. A principal alteração foi a mudança no Ministério das Relações Exteriores, com a saída do Ministro Ernesto Araújo, amplamente criticado pelo congresso devido às dificuldades no trato com importantes parceiros comerciais do Brasil.



## Reforma Tributária

- ❑ Termina na quarta-feira (31) o prazo de funcionamento da Comissão Mista da Reforma Tributária. Até o momento, o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator da proposta, ainda não apresentou o seu parecer.
- ❑ A comissão foi criada no ano passado com o objetivo de produzir um texto que unisse a proposta enviada pela Câmara dos Deputados, capitaneada pelo então presidente da casa Rodrigo Maia (DEM-RJ), e o projeto do senado, que era liderado pelo senador Davi Alcolumbre (DEM-AP).
- ❑ O colegiado também recebeu e discutiu a proposta do Executivo, que previa a **criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)**, um imposto do tipo Valor Agregado (IVA).
- ❑ O prazo da comissão já foi prorrogado uma vez. Agora os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), têm dado **sinalizações contrárias à prorrogação dos trabalhos.**



## Reforma Tributária

- ❑ O presidente da comissão, Roberto Rocha (PSDB-MA), disse, na sexta-feira (26), **que não pedirá prorrogação.**
- ❑ O projeto, que representa uma das principais reformas estruturantes, tende a perder relevância com as diversas manobras recentes do governo em direção ao aumento da complexidade tributária do país, como a elevação da CSLL para bancos, por exemplo.
- ❑ Não obstante, os presidentes das casas legislativas já sinalizaram em algumas oportunidades que **a pauta é prioridade para este ano e estimaram que 8 meses poderiam ser suficientes para a aprovação.**
- ❑ Tendo em vista o cenário econômico desafiador para 2021 e as divergências políticas e corporativistas que circulam o debate do projeto, a aprovação de uma reforma tributária ampla neste ano parece improvável.

## Reforma Administrativa

(PEC 32/20)

- ❑ A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) estava agendada para se reunir na última semana com o intuito de votar os requerimentos e discutir a PEC que trata da Reforma Administrativa.
- ❑ Contudo, com **a decisão da Câmara de focar nos projetos de combate a pandemia**, a votação foi adiada e, com isso, o relator, deputado Darci de Matos (PSD-SC), que pretendia entregar seu parecer à CCJ no dia 30 de março, afirmou que seu **texto só será apresentado no final de abril**.
- ❑ Ao todo, foram apresentados 33 requerimentos, com pedidos de audiências para ouvir associações de servidores, especialistas, entidades sindicais, dentre outros.
- ❑ Espera-se também a realização de audiências públicas com o **ministro da Economia, Paulo Guedes**.



## Reforma Administrativa

(PEC 32/20)

- ❑ A expectativa é que muitos desses pedidos sejam rejeitados, à vista que a CCJ analisa apenas a constitucionalidade do tema.
- ❑ **As mudanças tratadas no projeto serão válidas apenas para novos servidores.**
- ❑ Além disso, o texto estabelece que leis complementares tratarão de temas como política de remuneração, ocupação de cargos de liderança e assessoramento, progressão e promoção funcionais e definição das chamadas “carreiras típicas de Estado”.
- ❑ **A tendência é de aprovação na CCJ fique para a metade do segundo trimestre.**



## Orçamento 2021

- ❑ O Congresso aprovou na última quinta-feira (25) o Orçamento da União para 2021, por 346 votos a favor e 110 votos contra.
- ❑ O relatório deve ser enviado nesta semana ao presidente Jair Bolsonaro, que terá 15 dias úteis para sancionar após a data de recebimento.
- ❑ O relator Márcio Bittar, com o objetivo de abrir espaço para emendas parlamentares no valor aproximado de R\$ 49 bilhões, **reajustou despesas em R\$ 26,5 bilhões**, retirando, por exemplo, gastos com benefícios previdenciários (R\$ 13,5 bilhões), abono salarial (R\$ 7,4 bilhões) e do seguro-desemprego (R\$ 2,6 bilhões).
- ❑ **A meta fiscal ficou definida em um déficit de R\$ 247,1 bilhões para o governo federal.**
- ❑ Adicionalmente, a verba de mais R\$ 169 milhões destinada ao IBGE para realização do censo demográfico foi retirada e transferida para a administração do Ministério da Economia.



## Orçamento 2021

- ❑ **O Ministério da Economia já analisa um contingenciamento da ordem de R\$ 30 bilhões.**
- ❑ A dimensão das emendas parlamentares levaram o TCU a alertar Bolsonaro sobre risco de crime fiscal se Orçamento de 2021 for sancionado.
- ❑ Para solucionar esta questão, o relator Marcio Bittar tem três opções: votação de um novo projeto, ajuste do parecer ou veto do presidente Bolsonaro.
- ❑ **Espera-se que Bittar cancele as emendas.**
- ❑ Adicionalmente, o governo federal tem até o dia 15 para enviar ao Congresso Nacional o projeto de lei que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2021.
- ❑ A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que trará os parâmetros para o Orçamento de 2022, **precisa ser aprovada pelo Congresso até 17 de julho**, último dia de atividade legislativa antes do recesso do meio do ano.



## PL da cabotagem

(PL 4199/20)

- ❑ O projeto que institui o Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem deve ser pautado esta semana no Senado.
- ❑ Por falta de acordo, a matéria teve sua votação adiada nas últimas semanas. Podendo ser pautada com o objetivo de destravar a pauta.
- ❑ A medida, também conhecida como “BR do Mar”, **prevê a redução do custo do frete por cabotagem em 15% e libera progressivamente o uso de navios estrangeiros** na navegação de cabotagem sem a obrigação de contratar a construção de embarcações em estaleiros brasileiros.
- ❑ O PL foi aprovado na Câmara em dezembro de 2020.
- ❑ Assim, se aprovado sem mudanças no Senado, seguirá para sanção/veto presidencial.

## Nova Lei da Licitação

(PL 4.253/20)

- ❑ O presidente Jair Bolsonaro tem até quinta-feira (01), para sancionar ou vetar, total ou parcialmente, a nova Lei de Licitação.
- ❑ A lei foi aprovada no Senado no fim do ano passado, na forma de um substitutivo da Câmara, mas **tramitava há quase dez anos**.
- ❑ O projeto **cria modalidades de contratação, tipifica crimes relacionados a licitações** e disciplina itens do assunto em relação às três esferas de governo: União, estados e municípios.
- ❑ Entre outras mudanças, **permite seguro-garantia nas licitações**, o que poderá contribuir para a redução de obras inacabadas, e cria um portal nacional de contratações públicas para centralizar os procedimentos licitatórios dos entes federados, por meio de um banco de dados unificado.



## Reforma Ministerial

- ❑ A pressão política por melhor enfrentamento da pandemia levou o presidente Jair Bolsonaro a trocar na última semana o **ministro da saúde**, saindo o General Eduardo Pazuello e entrando o médico Marcelo Queiroga.
- ❑ Além disso, após uma tarde (29/03) repleta de rumores sobre a saída de mais ministros, o presidente Bolsonaro, buscando mais alinhamento com os partidos políticos do centro, **alterou o comando de seis ministérios**.
- ❑ Segue a lista confirmada pelo governo:
  - I. Casa Civil: **sai** General Walter Souza Braga Netto e **entra** o General Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira;
  - II. Ministério da Justiça: **sai** André Luiz de Almeida Mendonça e **entra** Delegado da Polícia Federal Anderson Gustavo Torres;
  - III. Ministério da Defesa: **sai** General Fernando Azevedo e **entra** General Walter Souza Braga Netto;

## Reforma Ministerial

- IV. Ministério das Relações Exteriores: **sai** Ernesto Araújo e **entra** Embaixador Carlos Alberto Franco França;
  - V. Secretaria de Governo: **sai** Luiz Eduardo Ramos e **entra** a Deputada Federal Flávia Arruda;
  - VI. Advocacia-Geral da União: **sai** José Levi Mello e **entra** André Luiz de Almeida Mendonça.
- Segundo a consultoria política Arko Advice, algumas dessas mudanças merecem as seguintes considerações:
    - Atende a uma pressão do meio político em geral, em especial do Senado;
    - Contribui para melhorar o clima político com o Congresso Nacional;
    - A ascensão de Flávia Arruda a ministra foi recebida como um aceno de Bolsonaro ao Congresso. A deputada é um nome de confiança do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL);



## Reforma Ministerial

- ❑ Além disso, o Centrão vinha reivindicando há meses que Bolsonaro abrisse mais espaço no governo para aliados políticos;
- ❑ A mudança no Ministério da Justiça pode ter sido realizada para que o agora ex-ministro André Mendonça seja futuramente nomeado para o Supremo Tribunal Federal (STF).

# PROCESSO DE TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL

	Proposta de Emenda à Constituição (PEC)	Lei Ordinária (PLO)
	<b>Votos necessários para aprovação</b>	<b>3/5</b> (308 deputados federais e 49 senadores)
<b>Tramitação</b>	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) <sup>1</sup> ⋮ Comissão Especial (CE) ⋮ 2 turnos na Câmara dos Deputados ⋮ Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ) <sup>3</sup> ⋮ 2 turnos no Senado ⋮ Promulgação	Comissões Temáticas (pode ter natureza conclusiva) <sup>2</sup> ⋮ Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) <sup>1</sup> ⋮ 1 turno na Câmara dos Deputados ⋮ Comissões Temáticas (pode ter natureza conclusiva) <sup>2</sup> ⋮ Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ) <sup>3</sup> ⋮ 1 turno no Senado ⋮ Sanção (ou veto) presidencial

1 Se rejeitada, um terço dos deputados poderá pedir apreciação preliminar pelo Plenário.

2 Isso significa que a proposta não precisará ser votada em Plenário.

3 Se rejeitada, um terço dos senadores poderá pedir apreciação preliminar pelo Plenário.



# PROCESSO DE TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL

Votos necessários para aprovação

Lei Complementar (PLC)

Medida Provisória (MP)

**Maioria Absoluta**

(257 deputados federais e 41 senadores)

**Maioria Simples**

(+ de 50% do total de votos, excluindo abstenções. A maioria absoluta deve estar presente para ocorrer a votação)

Comissões Temáticas  
(pode ter natureza conclusiva<sup>2</sup>)



Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)<sup>1</sup>



1 turno na Câmara dos Deputados



Comissões Temáticas

(pode ter natureza conclusiva<sup>2</sup>)



Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ)<sup>3</sup>



1 turno no Senado



Sanção (ou veto) presidencial

Comissão Mista



1 turno na Câmara dos Deputados



1 turno no Senado



Sanção (ou veto) presidencial

Tramitação

1 Se rejeitada, um terço dos deputados poderá pedir apreciação preliminar pelo Plenário.

2 Isso significa que a proposta não precisará ser votada em Plenário.

3 Se rejeitada, um terço dos senadores poderá pedir apreciação preliminar pelo Plenário.



## disclaimer

Este relatório foi preparado pelo Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual S.A.") para distribuição somente no Brasil, sob circunstâncias permitidas pela regulamentação vigente. O BTG Pactual S.A. é o responsável pela distribuição deste relatório no Brasil. Nada neste relatório constitui indicação de que a estratégia de investimento ou recomendações aqui citadas são adequadas ao perfil do destinatário ou apropriadas às circunstâncias individuais do destinatário e tampouco constituem uma recomendação pessoal. Este relatório possui caráter informativo, não constitui material promocional e não foi produzido como uma solicitação de compra ou venda de qualquer ativo ou instrumentos financeiros relacionados em qualquer jurisdição. Os dados que aparecem nos gráficos referem-se ao passado, a rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Os preços e demais informações contidas neste relatório são críveis e dignos de confiança na data de sua publicação e foram obtidos de uma ou mais das fontes que seguem: (i) fontes expressas ao lado da informação; (ii) preço de cotação no principal mercado regulado do valor mobiliário em questão; (iii) fontes públicas confiáveis; ou (iv) base de dados do BTG Pactual S.A. Nenhuma garantia ou declaração, tanto expressa quanto implícita, é provida em relação à exatidão, abrangência ou confiabilidade das informações aqui contidas, com exceção das informações referentes ao BTG Pactual S.A., suas subsidiárias e afiliadas. Também não tem o intuito de ser uma declaração completa ou um resumo sobre os ativos, mercados ou estratégias abordados no documento. Em todos os casos, os investidores devem conduzir suas próprias investigações e análises antes de proceder ou deixar de proceder a qualquer ação relacionada aos valores mobiliários analisados neste relatório. O BTG Pactual S.A. não garante que os investidores irão obter lucros. O BTG Pactual S.A. tampouco irá dividir qualquer ganho de investimentos com os investidores, assim como não irá aceitar qualquer passivo causado por perdas. Investimentos envolvem riscos, e os investidores devem ter prudência ao tomar suas decisões. O BTG Pactual S.A. não tem obrigações fiduciárias com os destinatários deste relatório e, ao divulgá-lo, não apresenta capacidade fiduciária. O presente relatório não deve ser considerado pelos destinatários como um substituto para o exercício do seu próprio julgamento. Opiniões, estimativas e projeções expressas aqui constituem o julgamento atual do analista responsável pelo conteúdo deste relatório na data em que foi preparado e, por isso, está sujeito a mudanças sem aviso e pode diferir ou ser contrário a opiniões expressas por outras áreas de negócios ou grupos do BTG Pactual, BTG Pactual S.A. e suas afiliadas ou subsidiárias como resultado do uso de diferentes hipóteses e critérios. Preços e disponibilidade de instrumentos financeiros são apenas indicativos e estão sujeitos a mudanças sem aviso. A análise contida aqui é baseada em diversas hipóteses. Diferentes hipóteses podem ter resultados substancialmente diferentes. A metodologia de análise realizada neste relatório, definida pelo analista signatário, busca identificar os movimentos históricos nos preços dos ativos, observando oportunidades de curto prazo e seguindo conceitos de linhas de tendência, médias móveis, figuras gráficas, equilíbrio, resistência, suporte, entre outros. Não se confunde, portanto, com a Análise Fundamentalista tradicionalmente divulgada por outros analistas do Banco BTG Pactual S.A., que é baseada em metodologia e premissas distintas e pode apresentar recomendações divergentes das aqui expostas para o mesmo ativo avaliado. Cada investidor deve, portanto, analisar cada relatório de forma independente. Os analistas responsáveis pela preparação deste relatório podem interagir com a mesa de operações, mesa de vendas e outros departamentos, com o intuito de reunir, sintetizar e interpretar informações de mercado. O BTG Pactual S.A. não está obrigado a atualizar ou manter atualizada a informação contida neste relatório.



macro research

**Álvaro Frasson**

economia@btgpactual.com

@alvarosfrasson

**Leonardo Paiva**

leonardo.paiva@btgpactual.com

**Luiza Paparounis**

luiza.paparounis@btgpactual.com